

Assim, a estabilidade financeira dos países estrangeiros na economia nacional, em 1942 e em 1949.<sup>3</sup> Aliás, em 1942, os norte-americanos já ensaiavam uma política de negócios destinada a tornar o nacionalismo econômico florescente em alguns países latino-americanos. Em 1938, o Governo de Cárdenas havia nacionalizado a indústria petrolífera mexicana. E no mesmo ano o Governo de Vargas criou o Conselho Nacional do Petróleo, com óbvia inclinação nacionalista.<sup>4</sup>

3. *A Missão Cooke no Brasil*, relatório dirigido ao Presidente dos Estados Unidos da América pela Missão Técnica Americana enviada ao Brasil, Fundação Getúlio Vargas, 1949. *Report of the Joint Brazil-United States Technical Commission*, Department of State, Rio de Janeiro, Brazil, February, 7, 1949. Octavio Gouvêa de Bulhões, *A Margem de Um Relatório* (Texto das conclusões da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos — Missão Abbink), Edições Financieiras S.A., Rio de Janeiro, 1950.

4. W. Feuerlein y E. Hannan, *Dólares en la América Latina*, trad. de Javier Márquez, Fondo de Cultura Económica, México, 1944; a primeira edição em inglês é de 1941. George Wythe, *Industry in Latin America*, Columbia University Press, New York, 1945. Sobre o nacionalismo brasileiro no setor petrolífero: Gabriel Cohn, *Petróleo e Nacionalismo*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1968.

## Fases da Industrialização

É INEGÁVEL que a industrialização no Brasil ocorreu ao acaso das flutuações das relações externas. As condições econômicas, sociais e políticas internas, que foram as bases efetivas dos surtos de desenvolvimento industrial, somente puderam ser dinamizadas devido às oscilações e rupturas havidas nos vínculos do Brasil com a Inglaterra, a Alemanha, a França, os Estados Unidos e outras nações.

Por essa razão, a história da industrialização no Brasil é ao mesmo tempo a história das relações com os países que desempenham papéis hegemônicos. Em verdade, os progressos da produção fabril colocam em confronto e em encadeamento

a história nacional e a história universal. A história brasileira, mais uma vez, funde-se e ilumina-se na história do capitalismo. Em boa parte, aquela é função desta.

Nesse sentido é que se pode reconstruir as etapas da formação do setor industrial, como núcleo dinâmico do desenvolvimento econômico nacional. As fases de evolução desse setor não se constroem senão como modos específicos de relacionamento entre a economia brasileira e os sistemas econômicos externos, com os quais o Brasil se acha ligado, em cada fase. Assim, distinguem-se três estágios principais no desenvolvimento industrial do País.

A primeira etapa da formação do setor industrial no Brasil desenvolve-se no interior de uma economia de tipo colonial. Até 1930, a vida econômica em funcionamento no País está organizada segundo o modelo "exportador". A cafeicultura predominante nas atividades produtivas nacionais e definindo a feição da estrutura econômica brasileira como uma função do setor exportador, simboliza o padrão de desenvolvimento nacional nesse estágio. São as crises e flutuações do setor cafeeiro que abrem perspectivas diversas à economia do País, criando incentivos à produção artesanal e fabril. Quando os recursos produzidos no setor cafeeiro não são suficientes para atender à procura de manufaturas tradicionalmente importadas, as unidades artesanais e fabris instaladas dinamizam-se, para atender ao menos parcialmente àquela procura. Em consequência, ocupam-se melhor as empresas existentes e começam a criar-se novas.

Essa época excepcionalmente crucial para a formação do setor industrial no Brasil foi examinada por Caio Prado Júnior, Roberto C. Simonsen e Celso Furtado, além das contribuições de historiadores, sociólogos e cientistas políticos. Trata-se de uma explicação das condições e efeitos do mecanismo de *socIALIZAÇÃO DAS PERDAS* do setor cafeeiro. Uma interpretação brilhante desse processo de dinamização e, em boa parte, de criação do setor industrial foi formulada por Celso Furtado.

Em síntese, o processo funciona do seguinte modo. A crise da cafeicultura (a de 1929, por ex.) como as crises típicas nas economias coloniais, vem de fora. Aparece como uma queda nos lucros dos cafeicultores. Surge como uma redução do consumo cu uma baixa nos preços externos (o que dá no

mesmo), produzindo uma diminuição brusca nos lucros dos plantadores de café. Para evitar que eles abandonem as culturas, o governo realiza a depreciação da moeda nacional. Assim, em termos de moeda brasileira, os cafeicultores continuam a receber aproximadamente o mesmo volume de renda monetária. Dêsse modo ameniza-se a queda nos seus lucros, o que lhes permite manter as plantações. Ao mesmo tempo, como é óbvio, reduz-se a capacidade importadora do País, devido ao alto custo relativo do câmbio. Em consequência, criam-se estímulos novos para o incipiente setor secundário (indústrias de transformação) da economia brasileira.

O fato de que a produção de café tenha continuado a expandir-se depois da crise e a circunstância de que os cafeicultores se tivessem habituado aos planos de defesa dirigidos pelo governo, respondem em boa parte pela manutenção da renda monetária do setor exportador. Ao produtor de café pouco lhe interessava que a acumulação de estoques fosse financiada com empréstimos externos ou com expansão de crédito. A decisão de continuar financiando, sem recursos externos, a acumulação de estoques, qualquer que fosse a repercussão sobre a balança de pagamentos, foi de consequências que na época não se podiam suspeitar. Mantinha-se, assim, a procura monetária em nível relativamente elevado no setor exportador. Esse fato, combinado ao encarecimento brusco das importações (consequência da depreciação cambial), à existência da capacidade ociosa em algumas das indústrias que trabalhavam para o mercado interno e ao fato de que já existia no País um pequeno núcleo de indústrias de bens de capital, explica a rápida ascensão da produção industrial, que passa a ser o fator dinâmico principal no processo de criação de renda<sup>1</sup>.

1. Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1959, págs. 207-250; citação das págs. 234-5. O problema das relações dinâmicas entre o setor colonial, ou externo, e a diferenciação das estruturas econômicas e sociais (regionais ou nacionais) tem sido objeto de estudos recentes. Quanto ao aparecimento e expansão dos núcleos industriais em diferentes regiões do Brasil, bem como sobre o caráter das relações entre a cidade e o campo, consultar: Inácio Rangel, *Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro*, Livraria Progresso Editora, Salvador, 1957; Gilberto Paim, *Industrialização e Economia Natural*, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, 1957; Paul Singer, *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1968. Ainda sobre os movimentos do mercado interno, as flutuações das importações e o aparecimento do setor industrial brasi-

É nessa época e dessa forma que ocorre a metamorfose do capital agrário em capital industrial. Ainda que esse processo não seja único, na primeira época da industrialização os capitais aplicados no setor fabril são originários do setor cafeeiro. Direta e indiretamente, a cafeicultura alimenta o estágio inicial da industrialização. É claro que depois esse processo se torna mais complicado. Começam a entrar capitais externos e, também, capitais obtidos nas poupanças internas, além daqueles produzidos pelo café. Em todos os casos, no entanto, a cafeicultura é o esteio último dos negócios. Se é verdade que a diferenciação da economia nacional está em parte inspirada na convicção empresarial de que nem todo o capital deve ficar sujeito aos riscos da economia cafeeira, também é verdade que a cafeicultura é uma referência sempre segura. A experiência acumulada em torno dessa atividade, além do engajamento do poder público nela, ao lado dos vínculos e da confiança obtidos no exterior, sempre deram ao setor cafeeiro o caráter de o grande "fiador". Por isso, direta e indiretamente o capital agrícola está na base dos primeiros surtos de industrialização. Em suma, em âmbito estrutural, o capital agrícola é o fundamento do capital industrial. Em âmbito conjuntural, no jogo imediato e cotidiano dos empreendimentos e dos empreendedores, houve outras fontes de capital para o setor industrial. Entretanto é importante não confundir os dois planos, tomando-os numa dimensão única.

A *segunda etapa* do desenvolvimento industrial no Brasil consiste na aplicação de medidas destinadas a propiciar a diversificação e a expansão do setor. Neste contexto é que se colocam a Revolução de 1930, o Estado Novo instituído em 1937, o getulismo e suas variantes, a democracia populista, etc. Em linhas gerais, esse estágio situa-se entre 1930 e 1964. É a época da implantação do modelo "substituição de importações". As experiências de Vargas e o seu padrão de atuação marcam profundamente essa fase. Tanto assim é que o modelo da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em sua primeira fase (1948-56), é em boa parte uma codificação das experiências desenvolvimentistas do México, da Argentina,

leiro, consultar: J. Souza Martins, *Empresário e Empresa na Biografia do Conde Matarazzo*, Edição do Instituto de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 1967.

do Brasil e algumas outras nações do Continente. Segundo relata Raul Prebisch, sugerindo algumas das dificuldades políticas à consolidação de um órgão latino-americano independente:

A CEPAL foi criada experimentalmente por três anos. Em 1951, ao avizinhar-se o término do prazo, sobrevieram forças muito poderosas, interessadas na sua eliminação da América Latina. Eu o sabia muito bem, quando aceitei a responsabilidade que me atribuíam. Um latino-americano ilustre, perfeitamente a par das idéias ali predominantes então, mo havia dito cruamente: — "Você perde o seu tempo, pois a OEA existe para realizar o que foi confiado à CEPAL".

Não creio que perdi. A batalha definitiva travou-se durante o quarto período de sessões, realizado no México, em meados de 1951. Quase se converteu numa derrota. O Chile, que havia lutado com entusiasmo pela criação da CEPAL, estava quase isolado. Dois fatos foram decisivos nessa ocasião: (a) A posição do Brasil, que, após algumas vacilações iniciais, tomou vigorosamente a defesa da CEPAL, depois que a sua delegação recebeu um telegrama pessoal do Presidente Vargas; e (b) a atitude resoluta do México. Junto com o Chile, esses dois países organizaram a resistência, até provocar uma virada completa.

Algumas semanas depois, acompanhado por Celso Furtado, fui saudar no Rio o Presidente Vargas. Poucas vezes na minha vida tive um diálogo tão preciso e categórico. Em poucas palavras, o Presidente me transmitiu a razão da sua atitude: a necessidade de um órgão independente nas mãos dos latino-americanos<sup>2</sup>.

De fato, entre 1930 e 1964 verifica-se a criação de um vigoroso setor industrial no Brasil. Nessa época o Estado se torna o centro nacional mais importante das decisões sobre a política econômica. Tanto assim que o poder público não só formula e orienta a política econômica, como também passa a executar alguns dos pontos dos programas de desenvolvimento. A criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima (PETROBRÁS), em 1953, e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, simbolizam as direções em que se lança o poder público, na dinamização da economia nacional.

2. Raul Prebisch, *Hacia una Dinámica del Desarrollo Latinoamericano*, Fondo de Cultura Económica, México, 1963, págs. x-xi.

É óbvio que as aplicações do modelo "substituição de importações" não se verificaram segundo uma diretriz única, nem com base numa consciência sempre clara e deliberada. Houve nessa etapa uma série de crises e flutuações, devidas ao caráter imediatista e improvisado das deliberações. Além do mais, o modelo exportador continuou a funcionar e pesar no jôgo da política, em particular da política econômica. Mais ainda, a própria maneira com a qual se pôs em prática a substituição de importações criou as bases de um terceiro padrão de organização das condições do desenvolvimento econômico.

A terceira etapa do desenvolvimento industrial no Brasil deve ser identificada com o modelo de "desenvolvimento associado", ou de "internacionalização" da economia brasileira. De fato, internacionalização do setor industrial. Na prática, em algum grau esse padrão sempre esteve presente na estrutura econômica brasileira. Já na época do predomínio do modelo exportador, capitais estrangeiros eram encaminhados para os setores de transportes, comunicações, produção de energia elétrica, mineração etc. Além disso, ainda antes de 1930, os empréstimos externos eram imprescindíveis para o enfrentamento das crises periódicas da cafeicultura e as dificuldades orçamentárias do poder público<sup>3</sup>. Depois, na fase da política deliberada de substituição de importações, os capitais externos aparecem como financiamentos e investimentos cada vez mais freqüentes.

Todavia, a etapa em que as condições e perspectivas de desenvolvimento econômico no Brasil passam a depender amplamente da associação direta e indireta, visível e disfarçada entre capitais nacionais e estrangeiros, começa politicamente com o Golpe de Estado de 1º de abril de 1964. Na prática, entretanto, o modelo destinado a associar e internacionalizar a economia brasileira já se havia implantado alguns anos antes, com o Programa de Metas do Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-60). Assim, esse padrão entra em execução

3. A propósito da presença crescente do capital financeiro estrangeiro nas finanças públicas e privadas no Brasil: J. Pandiá Calógeras. *A Política Monetária do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1960 (1ª edição em francês, em 1910); Carlos Inglez de Souza. *A Anarquia Monetária e suas Conseqüências*, Editora Monteiro Lobato, São Paulo, 1924.

em vários tempos. Por um lado, o seu teor econômico, que já vinha sendo forçado antes, entra em execução plena com o Programa de Metas. Por outro, o seu teor político, que também vinha sendo forçado anteriormente, entra em completa execução com o Governo do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco. Em seu nível econômico (que nos interessa neste passo), a política de associação e internacionalização apresenta-se como decisão governamental nos seguintes termos, segundo mensagens presidenciais de Juscelino Kubitschek de Oliveira:

Ainda no que toca à política geral, outra medida a que o Governo atribui grande importância refere-se à atração dos empresários estrangeiros que, com a sua técnica e o seu capital, poderão prestar valiosa ajuda na construção do nosso parque industrial. São condições essenciais de uma política do estímulo ao capital estrangeiro a estabilidade política, cambial e monetária. (...)

Fato de grande importância ocorrido em 1956 foi o renascimento do interesse dos capitalistas estrangeiros pelo desenvolvimento industrial do País. Esse renascimento deve-se principalmente ao clima de confiança que o novo Governo conseguiu estabelecer no Exterior. A verdade é que hoje se transformou inteiramente o conceito em relação ao Brasil, o nosso País está ocupando o primeiro lugar como mercado para capitais estrangeiros<sup>4</sup>.

Quer para suprir as divisas necessárias ao financiamento dos projetos governamentais, quer para prestar apoio à empresa privada nacional na obtenção de empréstimos externos, promoveram as autoridades responsáveis várias modalidades de ação, atentas, contudo, para as perspectivas do nosso Balanço de Pagamentos, a médio e longo prazos, de modo a evitar um endividamento externo a elas desproporcionado.

Uma daquelas modalidades de ação consistiu em atrair investimentos estrangeiros diretos, através da concessão de incentivos ao estabelecimento de certas indústrias — a automobilística, por exemplo. Em outros casos, recorreremos a entidades oficiais de crédito, internacionais ou nacionais — Banco Internacional de

4 Juscelino Kubitschek de Oliveira, *Mensagem ao Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 1957, págs. 246-7 e 248.

Reconstrução e Desenvolvimento, o Export-Import Bank of Washington, o Instituto Mobiliare Italiano, o Assurance Crédit de France e várias outras — mediante a abertura de créditos bancários a favor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, ou por êle garantidos. No levantamento de recursos estrangeiros, não raro se apelou para o *seller's credit*, ou seja, a concessão, pelos fornecedores de maquinaria, de créditos a curto e médio prazos, garantidos ou não pelo governo do país exportador.

Neste particular, os resultados têm sido satisfatórios, em relação aos projetos em curso. Para 80 milhões de dólares registrados em 1955 na Superintendência da Moeda e do Crédito, como capital de empréstimo, registram-se 302 e 261 milhões, em 1956 e 1957, respectivamente. Em 1958, tais registros se elevaram ao nível de 397 milhões. Quanto às inversões diretas, as cifras elevaram-se em 31 milhões de dólares em 1955, a 56 em 1956, 109 em 1957 e 104 em 1958<sup>5</sup>.

Em resultado das várias etapas apresentadas sumariamente, em especial da política deliberada de substituição de importações, formou-se no Brasil um setor industrial vigoroso. Além da sua importância específica, êle é importante como núcleo motor, pelos seus efeitos dinâmicos sobre os outros setores da economia e devido ao tipo de complementariedade que se estabelece entre os componentes do sistema como um todo. Uma imagem do andamento da industrialização e do funcionamento dos outros setores da economia apresenta-se no Quadro IV.

À medida que se desenvolve a industrialização e se diferencia a estrutura econômica nacional, o Estado se torna cada vez mais importante. Torna-se o centro máximo das decisões, no plano interno. Por meio de favores fiscais, empréstimos, assistência técnica e como avalista, o poder público e as agên-

5. Juscelino Kubitschek de Oliveira, *Mensagem ao Congresso Nacional*, Rio de Janeiro, 1959, págs. 100-101. Alguns dos efeitos distorcivos da forma pela qual se realizou a industrialização brasileira foram apontados por Inácio Rangel, *A Inflação Brasileira*, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1963; e José Carlos Pereira, *Estrutura e Expansão da Indústria em São Paulo*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1967.

#### QUADRO IV

##### INDICES DO PRODUTO REAL

1947-62  
(Base: 1949 = 100)

Setor	1947	1949	1951	1953	1955	1957	1959	1961	1962
Agricultura	89,5	100,0	102,2	111,7	129,8	138,5	148,8	167,9	177,1
Indústria	81,4	100,0	118,5	135,2	162,3	183,2	240,7	293,4	316,0
Comércio	81,4	100,0	117,9	119,0	143,5	160,2	186,9	209,8	217,8
Governo	95,3	100,0	104,9	110,0	115,4	121,0	126,9	133,1	136,3
Transportes e Comunicações	79,5	100,0	118,8	137,8	152,4	166,9	188,7	240,0	256,2

Fonte: Centro das Contas Nacionais — Fundação Getúlio Vargas. Cf. *Revista Brasileira de Economia*, Ano 17, nº 1, Rio de Janeiro, Março de 1963, pág. 14.

cias governamentais orientam e incetivam os investimentos pioneiros ou de complementação. Aliás, o governo já estava participando amplamente das decisões e dos encargos na época do predomínio do padrão exportador. A cafeicultura engajou em graus crescentes o poder público na economia nacional.

Tomadas em conjunto, as participações das instituições governamentais no campo econômico podem ser classificadas em dois grupos. Correspondem a duas orientações distintas. Em parte, representam duas fases sucessivas na evolução do intervencionismo governamental. Entretanto, é importante considerar que elas coexistem, assim como coexistem as "ambigüidades" na estrutura econômica brasileira.

Na primeira fase, que corresponde a uma orientação perfeitamente configurada, o Estado age em função da necessidade de preservar certos níveis de renda e emprego em setores determinados da produção. Ele atua como regulador da produção e cria instrumentos de defesa de setores com nível de renda ameaçado por desajustes ou crises geradas interna ou externamente. Os Institutos do Café, do Sal, do Pinho, do Cacau, do Mate, do Açúcar e do Alcool são todas entidades criadas com o objetivo preciso de defender os setores das oscilações bruscas da renda e o emprego provocadas por distúrbios surgidos na área da produção ou da comercialização. O caso mais notável, pela sua importância, no conjunto da economia nacional, é o do setor cafeeiro. Neste, os instrumentos formulados pelos órgãos dos cafeicultores e postos em prática pelos governantes foram se refinando continuamente, dada a alta importância do setor para a preservação dos níveis de emprego e renda também para a economia nacional como um todo. (...)

Na segunda fase o Estado ingressa ativamente nas diversas esferas da vida econômica, colaborando, incentivando e realizando a criação da riqueza. Nesta fase, destacam-se a Companhia Siderúrgica Nacional, a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia, a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco, a Comissão do Vale do São Francisco, o Banco do Nordeste do Brasil, a Petrobrás, a Eletrobrás, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, O Plano Salte, o Programa de Metas, o Plano Trienal. Em graus variáveis de sucesso, todos esses empreendimentos foram postos em prática com objetivo diferente daquele que inspirou a fase anterior. Agora os governantes estão empenhados em programas setoriais, regionais ou mesmo globais de desenvolvimento. Estimulado pelas tensões internas e externas do sistema, o Estado assumiu funções mais amplas, destinadas a dinamizar e orientar as expansões das forças produtivas<sup>6</sup>.

6 Octavio Ianni, *Estado e Capitalismo*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965, págs. 43 e 47. Outra análise sobre os papéis desempenhados pelo Estado no desenvolvimento econômico brasileiro (bem como sobre modelos políticos do desenvolvimento nacional) encontram-se em: Hélio Jaguaribe, *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), Rio de Janeiro, 1958; do mesmo autor: *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*, Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1962.

Cada fase corresponde ao predomínio de um ou outro padrão de política econômica. Basicamente, na primeira o Estado desenvolve uma atuação eminentemente conservadora, ao passo que na seguinte a sua atividade é reformista e dinamizadora. Todavia, a participação crescente do poder público na economia, bem como a modernização das técnicas de diagnóstico, formulação, execução e controle da economia não avançam a ponto de possibilitar o domínio e a eliminação das desigualdades e distorções estruturais. A forma pela qual se verifica o desenvolvimento econômico nacional pode ser evidenciada em vários planos. A inflação por exemplo, como técnica de poupança monetária forçada, abre uma pista à análise das relações de classe e do caráter da reprodução do capital. O êxodo rural-urbano, por outro lado, coloca outros problemas, revelando dimensões sociais e humanas da industrialização e da urbanização no Brasil.

Se observarmos o Quadro V, teremos uma idéia da evolução industrial, conforme as suas manifestações regionais. Verificamos que o progresso econômico nem é homogêneo nem tende necessariamente para a homogeneização da economia nacional. Ao menos a tendência para harmonização dos índices de desenvolvimento não é visível nas etapas realizadas. E note-se que os dados cobrem meio século de atividades econômicas: 1907, 1920, 1938 e 1958. Em plano político, as tendências indicadas por esses dados econômicos permitem compreender melhor o aparecimento e a sustentação de lideranças "estaduais" bem marcadas. Esta observação pode ser verdadeira em particular nos casos dos líderes populistas Leonel Brizola, com base no Rio Grande do Sul, e Miguel Arraes, com base em Pernambuco.

Em verdade esse quadro indica progressos e regressões, quando tomamos o conjunto dos dados. Entretanto, se observarmos melhor as tendências expressas, verificamos o predomínio progressivo de um centro sobre os outros centros. É evidente a hegemonia de São Paulo sobre os outros Estados do País. Como pólo de crescimento, São Paulo menos difunde que atrai os benefícios da industrialização. Há uma espécie de *colonialismo interno* que os programas nacionais e regionais não puderam limitar. As atividades da maioria das agências regionais, criadas especialmente para estimular as economias

QUADRO V

VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR ESTADO

Distribuição percentual

Estado	1907	1920	1938	1958
Distrito Federal	33,1	20,8	14,2	11,4
São Paulo	16,5	31,5	43,2	55,0
Rio Grande do Sul	14,9	11,0	10,7	7,7
Rio de Janeiro	6,7	7,4	5,0	6,6
Paraná	4,9	3,2	1,8	3,1
Minas Gerais	4,8	5,5	11,3	5,6
Pernambuco	4,0	6,8	4,2	2,8
Bahia	3,2	2,8	1,7	1,5
Pará	2,7	1,1	0,7	0,6
Amazonas	2,0	0,1	0,2	0,3
Santa Catarina	2,0	1,9	1,8	2,1
Alagoas	1,0	1,6	0,7	0,5
Maranhão	0,7	0,7	0,3	0,2
Sergipe	0,6	1,2	0,6	0,2
Mato Grosso	0,5	0,2	0,2	0,3
Ceará	0,4	0,8	0,9	0,6
Paraíba	0,4	1,1	0,8	0,6
Goiás	0,2	0,1	0,2	0,3
Piauí	0,1	0,2	0,1	0,1
Rio Grande do Norte	0,1	0,6	0,4	0,3
Espirito Santo	0,1	0,7	0,2	0,2
<b>TOTAL</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: J. Jobim, *Brazil in the Making*, The MacMillan Co., New York, 1943; IBGE, *Produção Industrial Brasileira*, 1958. Quadro organizado por Juarez Rubens Brandão Lopes, *Desenvolvimento e Mudança Social*, Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1968, pág. 10.

locais, não conseguiram diminuir os efeitos regressivos inerentes à concentração e centralização do capital. Talvez os programas tenham inclusive facilitado o predomínio do Centro-Sul, com centro em São Paulo. Esta é uma das conseqüências do caráter do desenvolvimento industrial em curso no País. E mesmo uma resultante inevitável da forma pela qual ocorre a sucessão das etapas de expansão do setor industrial. Vejamos, agora, numa síntese, o progresso como um todo.

Examinada de uma perspectiva histórica, a industrialização ocorrida no Brasil já permite algumas revelações muito claras:

- a. A ruptura parcial e a recomposição (sucessiva e alternadamente) das relações políticas e econômicas com a sociedade tradicional e com os sistemas externos.
- b. A frustração das tentativas de implantação de um modelo de desenvolvimento econômico autônomo.
- c. A combinação dos modelos exportador, substituição e associado, ou internacionalista, num sistema econômico heterogêneo e contraditório.
- d. A participação crescente do Estado no comando do processo econômico.
- e. A transformação da região Centro-Sul (com centros nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) em núcleo hegemônico na economia nacional.
- f. A formação dos movimentos de massa, como estruturas políticas e ideológicas de sustentação do poder político orientado para o desenvolvimento industrial.